



Câmara Municipal de Jundiaí

EMENDA À LEI ORGÂNICA DE JUNDIAÍ

N.º

R E T I R A D O

Processo n.º 18.766

PROPOSTA DE

EMENDA À LEI ORGÂNICA DE JUNDIAÍ N.º 16

Autoria: PREFEITO MUNICIPAL

Ementa: Condiciona despejo industrial nos afluentes dos cursos d'água locais.

Arquive-se

W. L. Marques
Diretor

05/01/1983

MATERIAL: FELOS 16

A CONSULTORIA JURÍDICA .Comissões a serem enviadas:

Al Manfredi CJR e CDMA
Diradora Legislativa
23/10/92

TRANITAÇÃO NAS COMISSÕES

A comissão C.S.R

(prazo: 20 dias)

Wllianpedi
Diretora Legislativa
29/10/92

Do Vereador AVOCO

(prazo: 7 dias)

Presidente
29/10/92

VOTO

<input checked="" type="checkbox"/>	favorável
<input type="checkbox"/>	contrário

Relator
29/10/92

A comissão CDMA

(prazo: 20 dias)

Ollanpedi
Diretora Legislativa
DS/11.192

Ao Vereador Aureo

(prazo: 7 dias)

J. J. P. J.
Presidente
10/11/92

VOTO favorável
 contrário

J. J. P. J.
Relator
10/11/92

A COMISSÃO	_____
(prazo: 20 dias)	
Diretora Legislativa	-----
----- / -----	
Ao Vereador _____	
(prazo: 7 dias)	
Presidente	-----
----- / -----	
VOTO	<input type="checkbox"/> favorável
	<input type="checkbox"/> contrário
Relator	-----
----- / -----	

A COMISSÃO	_____
 (prazo: 20 dias)	
Diretora Legislativa	_____
----- / -----	
Ao Vereador	_____
(prazo: 7 dias)	
Presidente	_____
----- / -----	
VOTO	<input type="checkbox"/> favorável <input type="checkbox"/> contrário
Relator	_____
/ /	



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

OF. GP.L. nº 585/92

DEPARTAMENTO
DE LEGISLAÇÃO

12459 00192 811426

PROTÓCOLO GERAL
Jundiaí, 22 de outubro de 1992.

Senhor Presidente:

Permitimo-nos encaminhar à esclarecida apreciação dessa Colenda Casa de Leis, o incluso Projeto - de Lei versando sobre nova redação ao artigo 172 da Lei Orgânica Municipal, para incluir os afluentes dos cursos d'água - que especifica.

Na oportunidade, reiteramos os protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

WALMOR BARBOSA MARTINS
Prefeito Municipal

Ao

Exmo. Sr.

Vereador ARIOMVALDO ALVES

DD. Presidente da Câmara Municipal de Jundiaí

N e s t a

nn.

MOD. 7



PUBLICADO
em 30/12/92

CÂMARA MUNICIPAL
de JUNDIAÍ

18766 DNI92 813*

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ
A MESA ENCAMINHE SE
ÀS SEGUINTE COMISSÕES:
CSR e CDMA
Presidente
27 / 10 / 92

PROTÓCOLO

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ
APROVADO (1º Turno)
Sessão Ordinária em 17 / 12 / 92
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ
RETIRADO
Jardim
Presidente
05/01/93

PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ Nº 16

Dá nova redação ao artigo 172 da L.O.M. para incluir os afluentes dos cursos d'água que especifica.

Artigo 1º - O artigo 172, da Lei Orgânica do Município de Jundiaí, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 172 - Somente após o pré-vio tratamento, realizado pelo interessado, sob as penas da lei, poderão ser despejados resíduos industriais nos seguintes cursos d'água e seus afluentes:

I - Rio Jundiaí

II - Rio Guapeva



III - Rio Jundiaí-Mirim
IV - Córrego do Moisés
V - Córrego do Bairro da Terra Nova
VI - Córrego do Bairro da Santa Clara
VII - Rio Capivari
VIII - Rio Caxambú."

Artigo 2º - Esta Emenda entrará em vigor, na data de sua publicação.

WALMOR BARBOSA MARTINS
Prefeito Municipal

nn.

J U S T I F I C A T I V A

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores:

Visa a presente Emenda dar nova redação ao artigo 172 da Lei Orgânica do Município, para incluir os afluentes dos cursos d'água que especifica.

A medida se faz necessária, pois a redação do artigo 172, quando da edição da Lei Orgânica, já gerava dúvidas, ocasionada pela ausência de uma vírgula após a expressão "Córrego do Moisés".

Com a Emenda nº 06, de 06 de novembro de 1.991, a situação se agravou, pois a nova redação do artigo 172 estabeleceu que apenas nos afluentes do Córrego do Moisés estaria proibido o despejo, sem tratamento, dos resíduos industriais.

Desta forma, seria permitido o despejo, sem tratamento, desses resíduos em todos os afluentes dos demais cursos d'água, inclusive nos afluentes do Rio Jundiaí-Mirim e Rio Capivari, os quais são mananciais básicos de Jundiaí e Louveira, respectivamente.

Com a presente Emenda, o que se busca é dirimir as dúvidas geradas, definindo-se o exato alcance e aplicação do artigo 172, que, indubitavelmente, acarretará a melhoria da qualidade de nossos rios e córregos e seus afluentes.

Diante de todo o exposto, temos cer-



teza de que os Nobres Vereadores não faltarão com o costumeiro apoio para a aprovação da Emenda em tela.

Na oportunidade, renovamos os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,



WALMOR BARBOSA MARTINS
Prefeito Municipal

nn.

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO

Art. 168. São áreas de proteção ambiental, além das previstas em lei:

- I - as várzeas;
- II - as nascentes dos rios e mata ciliar adjacente;
- III - as áreas que abriguem exemplares raros da flora e da fauna, assim como aquelas que sirvam como local de pouso e reprodução de espécies migratórias;
- IV - as áreas de estuário;
- V - as paisagens notáveis;
- VI - Serra do Japi;
- VII - Cascata de Morangaba;
- VIII - Parque Municipal "Comendador Antônio Carbonari";
- IX - Parque Municipal e Reserva Biológica de Corupira;
- X - bacias dos rios Jundiaí-Mirim, Moisés e Caxambu (bairro Ermida);
- XI - Córrego de Santa Clara;
- XII - o Bosque e Parque "Comendador Antonino Messina" do Jardim Bonfiglioli;
- XIII - a Cachoeira da Ermida;
- XIV - a Fazenda Campo Verde.

Art. 169. São consideradas áreas de proteção ambiental as bacias dos rios constantes dos termos da Lei 2.405, de 10 de junho de 1980.

Art. 170. São proibidos, na área do município, a instalação de reatores nucleares, o transporte e o armazenamento de seus combustíveis e rejeitos, bem como atividades que envolvam materiais radicativos.

§ 1º As atividades envolvendo materiais radicativos somente serão permitidas se destinadas a uso terapêutico ou à pesquisa científica com objetivos não bélicos, dependendo de autorização do Legislativo Municipal.

§ 2º O Poder Público Municipal manterá registro atualizado dos referidos no parágrafo anterior, exigindo, dos órgãos competentes, o monitoramento constante das mesmas.

Art. 171. Nas áreas de reservas ecológicas:

- I - é proibida a atividade extractiva mineral e vegetal;
- II - poderão ser realizadas pesquisas por entidades públicas;
- III - é vedada alienação e outorga de uso de área pública nelas situada.

Art. 172. Somente poderão ser despejados resíduos industriais nos cursos dos rios Jundiaí, Guapeva, Jundiaí-Mirim, Moisés e seus afluentes, após prévio tratamento, realizado pelo interessado, sob as penas da lei.

Art. 173. Lei especial disporá sobre proteção da reserva ecológica serra do Japi, observados entre outros os seguintes preceitos:

- I - as águas originárias das nascentes serão reservadas para consumo da população;
- II - é vedada qualquer modalidade de pesquisa no subsolo, impondo-se ao infrator as penalidades estatuídas na forma da lei;
- III - as pesquisas de flora e fauna são condicionadas à autorização da Prefeitura Municipal, mediante requerimento do órgão interessado;
- IV - fiscalizar-se-á a área da reserva, punindo-se os responsáveis por toda degradação do meio ambiente, em conformidade com a lei;
- V - é proibida a atividade extractiva mineral e vegetal.



EMENDA À LEI ORGÂNICA DE JUNDIAÍ Nº 06, DE 06 DE NOVEMBRO DE 1991

Inclui nas normas de proteção ambiental os cursos d'água que especifica.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, conforme o Plenário aprovou em 05 de novembro de 1991, promulga a seguinte Emenda à Lei Orgânica de Jundiaí:

Art. 19 A Lei Orgânica de Jundiaí passa a vigorar com acréscimo e alterações dos seguintes dispositivos:

"Art. 168. (...)

(...)

XV - o Córrego do Bairro da Terra Nova;

XVI - o Rio Capivari.

(...)

"Art. 172. Somente após prévio tratamento, realizado pelo interessado, sob as penas da lei, poderão ser despejados resíduos industriais nos seguintes cursos d'água:

I - Rio Jundiaí;

II - Rio Guapeva;

III - Rio Jundiaí-Mirim;

IV - Córrego do Moisés e seus afluentes;

V - Córrego do Bairro Terra Nova;

VI - Córrego do Bairro Santa Clara;

VII - Rio Capivari;

VIII - Rio Caxambu."



(Emenda à LOJ nº 06 - fls. 02)

Art. 2º Esta Emenda entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Jundiaí, em seis de novembro de mil novecentos e noventa e um (06.11.1991).

A MESA

ARIOVALDO ALVES,
Presidente

BENEDITO CARDOSO DE LIMA,
2º Secretário.

[Signature]
TOMAS ANHOLON,

1º Secretário.

CSV



Câmara Municipal de Jundiaí
São Paulo

Pla. 1
Proc. 19366
W.W.

CONSULTORIA JURÍDICA

PARECER LOM Nº 16

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ Nº 16

PROC. Nº 18766

Oriundo do Executivo, a presente proposta de emenda à Lei Orgânica Municipal condiciona despejo industrial nos afluentes dos cursos d'água locais.

A propositura encontra sua justificativa às fls. 06/07 e vem instruída com os documentos de fls. 08/10, o que a torna apta a ser apreciada.

É o relatório,

PARECER:

DA PROPOSTA

1. A proposta se nos afigura legal quanto à competência e à iniciativa (art. 42, inc. II, LOM), atendendo ainda aos dispositivos constitucionais.

2. A matéria é de Lei Orgânica, pois visa a alteração do artigo 172 da LOM para torná-lo mais abrangente em sua redação. Quanto ao mérito dirá o Soberano Plenário.

DO PROCESSAMENTO DAS EMENDAS À LOM

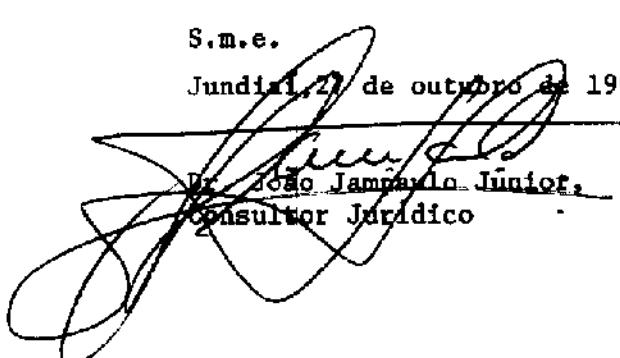
3. Deverão ser ouvidas as Comissões de Justiça e Redação e de Defesa do Meio Ambiente.

4. Com o parecer das Comissões mencionadas, a proposição deverá ir a Plenário para discussão e votação, nos termos do artigo 24 e seus parágrafos do R.I.L.O.M., c/c o artigo 42, § 1º da LOM, obedecendo-se ainda aos §§ 2º e 3º do artigo citado.

5. QUORUM: 2/3 dos membros da Câmara, em 2 (dois) turnos de votação, com interstício mínimo de 10 (dez) dias entre o 1º e o 2º turno.

S.m.e.

Jundiaí, 27 de outubro de 1992.


Dr. João Jamnaino Junior,
Consultor Jurídico

*



COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROCESSO N° 18.766

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA DE JUNDIAÍ N° 16, do PREFEITO MUNICIPAL, que condiciona despejo industrial nos afluentes dos cursos d'água locais.

PARECER N° 6.270

O Sr. Chefe do Executivo encaminha à Edilidade a presente proposta com o intuito de alterar a redação do art. 172 da Lei Orgânica de Jundiaí (já alterado pela Emenda à LOJ n° 6/91), visando incluir os afluentes dos cursos d'água na exigência de tratamento prévio dos resíduos a serem neles despejados, realizado pelo interessado.

Conforme manifestação da dnota Consultoria Jurídica, a proposição é plenamente legal quanto à competência e quanto à iniciativa (vide LOJ, art. 42, II), sendo o presente instrumento bem aplicado.

Nada existindo, pois, que torne o texto impróprio quanto ao aspecto de Direito - legalidade e constitucionalidade -, o nosso voto é FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, 03.11.92

APROVADO EM 3.11.92

ERASMO MARTINHO
Presidente e Relator

ALEXANDRE RICARDO TOSETTO ROSSI

JOÃO CARLOS LOPES

JORGE NASSIF HADDAD

JOSE APARECIDO MARQUES



Câmara Municipal de Jundiaí
São Paulo

COMISSÃO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

PROCESSO N° 18.766

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA DE JUNDIAÍ N° 16, do PREFEITO MUNICIPAL, que condiciona despejo industrial nos afluentes dos cursos d'água locais.

PARECER N° 6.280

Chega a esta Comissão, para apreciação, de autoria do Sr. Alcaide, proposta de emenda à Lei Orgânica de Jundiaí que condiciona despejo industrial nos afluentes dos cursos d'água locais, para isso alterando o art. 172 daquele diploma - o qual, cumpre lembrar, sofreu primeira alteração em virtude da Emenda à LOJ n° 6/91.

O dispositivo que ora se pretende modificar prevê que somente poderão ser despejados resíduos industriais (após prévio tratamento, realizado pelo interessado, sob as penas da lei) nos seguintes cursos d'água: Rio Jundiaí, Rio Guapeva, Rio Jundiaí-Mirim, Córrego do Moisés e seus afluentes, Córrego do Bairro Terra Nova, Córrego do Bairro Santa Clara, Rio Capivari e Rio Caxambu. E o que pretende, então, o Executivo?

Vista o Executivo incluir os afluentes de todos estes cursos d'água nessa norma de proteção, já que hoje, como vimos acima, a lei refere-se tão-somente aos afluentes do Córrego do Moisés.

Isto posto, em se tratando de defesa do meio ambiente, a iniciativa em análise é mais que bem-vinda, já que, ao estender a sua abrangência, estende também o benefício a toda a população, cada dia mais desejosa de ver devidamente buscadas e preservadas as melhores condições ambientais.

Voto FAVORÁVEL, pois.

Sala das Comissões, 17.11.92

APROVADO EM 17.11.92

ERASMO MARTINHO

OSVALDO
ORACI GOTARDO

FRANCISCO DE ASSIS POÇO

Presidente e Relator

JAYME LEONEL

ROLANDO GIAROLLA



CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

São Paulo

Gabinete do Presidente

Fla. 14
Protocolo 766
AlmFolha de Votação Nominal

PROPOSTA DE EMENDA à L.O.J. Nr. 16 (1º Turno)
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nr. _____
PROJETO DE LEI Nr. _____
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nr. _____
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nr. _____
MOÇÃO Nr. _____
REQUERIMENTO Nr. _____
 INÉNDIA CONSTITUTIVO Nr. _____

VEREADORES	APROVA	REJEITA	AUSENTE
1. Alexandre Ricardo Tosetto Rossi	+		
2. Ana Vicentina Tonelli	+		
3. Antonio Augusto Giaretti	+		
4. Antonio Carlos Pereira Neto	+		
5. Ari Castro Nunes Filho	+		
6. Ariovaldo Alves	+		
7. Benedito Cardoso de Lima	+		
8. Eder Guglielmin	+		
9. Erasé Martinho	+		
10. Felisberto Negri Neto	+		
11. Francisco de Assis Popó	+		
12. Jayme Leoni	+		
13. João Carlos Lopes	+		
14. Jorge Nassif Haddad	+		
15. José Aparecido Marcussi	+		
16. José Crupe	+		
17. Luiz Anholon	+		
18. Miguei Mouabadda Haddad			x
19. Napoleão Pedro da Silva	+		
20. Oraci Gotardo	+		
21. Rolando Giarolla	+		
TOTAL	20	1	

Resultado: APROVADO REJEITADOSala das Sessões, 17/12/92

Primeiro Secretário

Presidente

Segundo Secretário

Fla. 15
Proc. 18706
CLASS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ
CÂMARA MUNICIPAL
DE JUNDIAÍ
OF. GP.L. nº 001/93

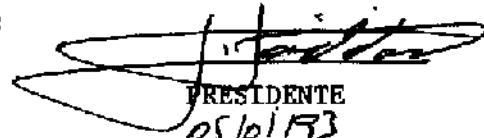
1288 · 10/93

Jundiaí, 4 de janeiro de 1.993.

PROTOCOLO GERAL

Providencie-se conforme o
solicitado e informe-se ao
Sr. Prefeito Municipal.

Excelentíssimo Senhor Presidente:


PRESIDENTE
05/01/93

Para fins de novos estudos, esta
mos solicitando a V.Exa. as providências necessárias para re
tirada dos projetos de lei, conforme relação em anexo, os -
quais se encontram em apreciação dessa Egrégia Edilidade, a
pós o que serão novamente remetidos, se julgados de conve -
niência e oportunidade.

Sendo o que se apresenta, consig
namos nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,


ANDRÉ BENASSI

Prefeito Municipal

Ao

Exmo. Sr.

Vereador JORGE NASSIF HADDAD

DD. Presidente da Câmara Municipal de Jundiaí

N e s t a

MOD. 7 mabp

RELAÇÃO DE PROPOSTA DE EMENDA A LOJ

NÚMERO E M E N D A

PREFEITO MUNICIPAL

26 Condições despejo industrial nos afluentes dos cursos d'água locais.

RELACAO DE PROJETO DE LEI COMPLEMENTARIA

Nº C M C M T A

PREFEITO MUNICIPAL

58 Altera o Plano Diretor, para disciplinar reformas, ampliações e transformações de uso nas edificações que ocupem recursos previstos em lei.

PREFEITO MUNICIPAL

59 Reclassefice a Rua Argos para via coletora.

PREFEITO MUNICIPAL

102 Ressetoriza área situada na Rodovia Bandeirantes, junto à Avenida Antônio Pincinato, para Setor 3,4 - Uso Residencial e Misto.

PREFEITO MUNICIPAL

106 Cria, no Plano Diretor, o Setor Especial Novo de Julho, para os terrenos situados na avenida homônima.

PREFEITO MUNICIPAL

109 Institui o novo Estatuto do Magistério Público e reestrutura os seus cargos.

PREFEITO MUNICIPAL

113 Exclui do Sistema de Recreio Área privada situada na Rua Dr. Antenor Soares (bairro Colônia).

PREFEITO MUNICIPAL

128 Ressetoriza para S.3-Uso Residencial do Plano Diretor Área privada situada no bairro Medeiros.

PREFEITO MUNICIPAL

132 Ressetoriza para S.8-Uso Industrial do Plano Diretor Área privada situada no bairro Casa Branca.

PREFEITO MUNICIPAL

134 Revoga, no Plano Diretor, previsão da Via Perimetral Expressa 2º e revoga a Lei 8.914/85, que modifica traçado e largura das Vias Perimetrais Expressas 1 e 2 nos trechos que especifice.

RELACAO DE PROJETO DE LEI

NÚMERO E M E N T A

PREFEITO MUNICIPAL

5440 Cria o Fundo Municipal de Saúde e autoriza crédito orçamentário corrente.

PREFEITO MUNICIPAL

5566 Regula privatização de áreas públicas para fins de fechamento de lotamentos urbanos.

PREFEITO MUNICIPAL

5620 Autoriza convênio com o Estado/Secretaria de Educação, para execução de programas de alfabetização de jovens e adultos.

PREFEITO MUNICIPAL

5677 Reclassifica área pública situada no Jardim Hortolândia e a destina à implantação de unidade médica.

PREFEITO MUNICIPAL

5626 Altera a Lei 3.672/91, para considerar situada no Núcleo Colonial Barão de Juundai a praça em construção denominada "Praça João Balsa - Bichintinha".

PREFEITO MUNICIPAL

5575 Autoriza ratificação do termo de prorrogação do contrato de locação de vias e imprecauções públicos.

PREFEITO MUNICIPAL

5711 Retifica anexo do orçamento público de 1993.

PREFEITO MUNICIPAL

5714 Altera a Lei 2.673/83, para reformular o pagamento do preço do Plano Comunitário de Obras de Pavimentação.

PREFEITO MUNICIPAL

5775 Condiciona a quitação até 31 de janeiro de 1993, do preço do Plano Comunitário de Obras de Pavimentação.

PREFEITO MUNICIPAL

5800 Altera a Lei 2.606/83, para redescrever área pública situada em Vila Maringá, destinada à doação à FUMAS-Fundação Municipal de Ação Social, para fim habitacional.

PREFEITO MUNICIPAL

Institui o adicional de representatividade para os cargos de Procurador Jurídico.

PREFEITO MUNICIPAL

Autoriza prorrogação da concessão do serviço de coleta de lixo domiciliar.

PREFEITO MUNICIPAL

Altera a Lei 3.780/92, para em loteamento popular da FUMAS - Fundação Municipal de Ação Social na Estrada da Fazenda Grande, permitir edificações simultâneas com as obras de infra-estrutura.

PREFEITO MUNICIPAL

Altera as Leis 3.694/91 (CJJun), 3.739/92 (regime discipl.) e 3.956/92 (Fundo de benefícios); prevê filiação, a este, de empregados de companhia de economia mista; cria empregos de magistério; altera símbolo de cargo em comissão; e altera pensão do dependente de vereador falecido.



Câmara Municipal de Jundiaí
São Paulo

GABINETE DO PRESIDENTE

Fis. 20
Proc. 18-766
Oliver

Of. PM 01.93.03

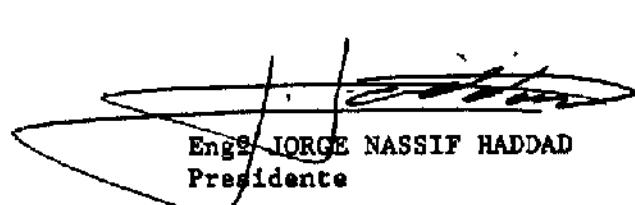
Em 05 de janeiro de 1993.

Exmo. Sr.
Dr. ANDRÉ BENASSI
DD. Prefeito Municipal de Jundiaí
N E S T A

Em atenção a seu Of. GP.L. 001/93, venho comunicar a V.Exa. que foram **RETIRADOS** os projetos a seguir referidos:

- I - PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA DE JUNDIAÍ nº 16;
- II - PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR Nºs 58, 59, 102, 106, 109, 113, 128, 129 e 134;
- III - PROJETOS DE LEI Nºs 5.440, 5.568, 5.620, 5.627, 5.636, 5.675, 5.711, 5.774, 5.775, 5.800, 5.821, 5.842, 5.843 e 5.859.

Sendo o que havia para o ensejo, acrescento protestos de minha consideração e apreço.


Engº JORGE NASSIF HADDAD
Presidente

*

ns

Proposta de

Emenda à LOJ N.º 16

Autuado em 23/10/1992

Diretor Ulfanfeh

Comissões CJR - CDM A

Quorum 2/3

Data	Histórico
22.10.92	<u>Protocolo</u>
23.10.92	<u>CJ parecer 16</u>
29.10.92	<u>CJR parecer 6.270.</u>
05.11.92	<u>CDM A. parecer 6.280</u>
17.11.92	<u>Apto.</u>
17.12.92	<u>Aprovada em 1º Turno</u>
04.01.93	<u>fl. 6 P.L 001/93 - solicitando a Retirada do P.E. LOJ.</u>
05.01.93	<u>Q.PM.01.93.03.</u>
05.01.93	<u>Regulamento Qm</u>

Juntadas fls. 01/10 em 23.10.92 @ler . fls. 11 em 23.10.92 @ler
fls 12 em 03.11.92 fls. 13 em 17.11.92 @env. fls. 14
em 17.12.92 @ler fls. 15/20 em 05.01.93 @ler

Observações